



BIOPODER E BIOPOTÊNCIA NA METRÓPOLE IMPERIAL: A INSURREIÇÃO QUE VEM E SUA GEO-GRAFIA¹

LEAL, Pablo Campos.²

Resumo

Em 2007 um coletivo anônimo francês publicou um livro bastante elogiado pela esquerda autonomista radical e pelos intelectuais ligados a esses setores. Trata-se de *A Insurreição que vem* do comitê invisível. O livro faz uma análise extremamente pertinente do contexto político contemporâneo das sociedades capitalistas industriais ocidentais. Com base nesse texto seminal, buscamos extrair a geograficidade – já latente no próprio texto – da obra, sobretudo no que diz respeito às reflexões sobre o controle dos fluxos na Metrópole. O avanço do controle *biopolítico* nas metrópoles imperiais, evidenciados pelas ações repressoras nos *banlieus* de Paris, nas *poblaciones*³ do Chile, ou nas *favelas* do Rio de Janeiro ou nas periferias de São Paulo, é o pano de fundo das novas práticas do ordenamento territorial policial contemporâneo, bem como nosso ponto de partida. Cruzando as reflexões do Comitê com acontecimentos da realidade latino-americana, sobretudo brasileira, buscamos extrair elementos para pensar a atual dinâmica do território, enquanto um instrumento de planificação das tecnologias de poder *biopolítica* e também enquanto uma ferramenta de construção de uma situação insurrecional.

Palavras-Chave: Metrópole imperial; Biopoder; Controle dos fluxos; Território.

Summary

In 2007, a anonymous French collective published a book highly praised by radical autonomist trend and intellectuals linked to these sectors. We are talking about *The Coming Insurrection* by the Invisible Committee. The book makes an extremely relevant analysis of the contemporary political context in Western industrial capitalist societies. Based on this seminal text, we seek to extract the book's geographicity - already latent in the text -, especially with regard to reflections on flow control in Metropolis. The imperial metropolis's biopolitical control advancement, evidenced by the repressive actions on Paris banlieus, Chile's poblaciones, or Rio de Janeiro's favelas or in the outskirts of São Paulo, is the backdrop of the new practices of contemporary territorial police as well as our starting point. Crossing the reflections of the Committee to events in the reality of Latin America, especially Brazil, we

¹ Eixo-Temático: Produção do Espaço Urbano.

² Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestrando em Bioética e Ética Aplicada pelo PPGBIOS-UFF.

³ Balieue e Poblaciones são os nomes dados as regiões de moradia das classes mais subternizadas dentro do Império Metropolitano em Paris e Santiago, respectivamente. Guardada as proporções e desigualdades regionais, seria algo bem próximo às favelas e periferias brasileiras.



seek to extract elements to think about the current dynamics of the territory, as a planning instrument of biopolitical power technologies and also as a tool for building an insurrectionary situation.

Keywords: Imperial Metropolis; Biopower, Flow Control; Territory.

1. INTRODUÇÃO

O que se segue aqui, mais do que um artigo acadêmico ou mesmo uma resenha, é uma tentativa de extrair, analisar e discutir os elementos espaciais, a *geograficidade* latente desse acontecimento chamado *The Coming Insurrection* [A Insurreição Que Vem]⁴. A escolha pelo olhar geográfico, ou espacial não é aleatória e nem mesmo tem a ver com alguma dimensão acadêmica. Ela se dá, porque como bem perceberam Tiqqun⁵, o Comitê e tantos outros grupos e indivíduos comprometidos com as lutas anti-autoritárias, o espaço é um elemento estratégico para a reprodução e destruição das relações sociais. Ele pode se dar tanto como um elemento de assujeitamento, como a geografia dos Estados-maiores (com seus mapas encomendados pelos reis ou parlamentares) e a geografia dos professores, que só fazem “mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço” (Lacoste; 2009, p. 31); quanto elemento de resistências, como fizeram os jovens - insurrectos - negros e imigrantes, moradores dos *banlieues* de Paris em 2005 (Comitê; 2009, p. 56) ou como fazem os camponeses guerrilheiros (Lacoste; 2009, p. 37).

Falamos aqui em (geo)grafias, isto é, no ato de grafar a Terra, não em seu sentido mais comum e difundido, relativo ao ato de escrever num papel ou num computador sobre a Terra – relacionado a uma dimensão mais teórica e científica. Ao contrário, o que pretendemos aqui

⁴ Invisible Comité. *The Coming Insurrection*. Los Angeles: Semiotext(e), 2009. Trata-se de um importantíssimo livro, escrito por um coletivo insurrecional clandestino chamado Comitê Invisível. Originalmente escrito em francês em 2007, o livro busca uma análise das transformações das tecnologias de poder contemporâneas sob uma perspectiva insurrecional e “pós-estruturalista”. O Coletivo emerge em meados anos 2000, após o fim do aclamado coletivo editorial Tiqqun. O Comitê ganhou visibilidade após terem sido acusados de terrorismo pelo governo francês: trata-se de uma pane das estações de trem em Tarnac, uma pequena cidade próxima de Paris. A principal prova contra os 9 de Tarnac é a patética alegação deles serem os autores do livro [anônimo] *A Insurreição que Vem*. O caso ganhou a grande mídia imperial, sendo notória as declarações contra o *Estado de Exceção* Francês e em solidariedade com os acusados, por parte do filósofo Giorgio Agamben.

⁵ Ver nota 4.



é narrar, descrever e visibilizar os atos concretos e subjetivos daqueles que em sua atividade cotidiana - seja reproduzindo ou resistindo aos dispositivos do *Império Metropolitano* – grafam a Terra.

Nesse sentido, o que pretendemos fazer aqui é uma reflexão e um desenvolvimento em cima dessa latente *geo-grafia insurrecta* operada pelo Comitê Invisível. Pretendemos levantar elementos para pensar o espaço, a partir de uma perspectiva de resistência às lógicas totalitárias, de modo a dar contribuições para a *Guerra em Curso*⁶.

Assim, retomamos aqui aquela ideia do geógrafo anarquista e *communard* – também um *insurrecto* – Elisée Reclus, que não propôs uma Geografia dos Lugares (tal como La Blache pretendia), nem mesmo uma Geografia Humana, mas uma *Geografia Social* (1986), comprometida com as lutas anti-autoritárias e com revolução social.

Assim, nosso ponto de partida é procurar em *A Insurreição que vem* elementos para pensar o espaço como uma peça estratégica para as resistências e a para a construção de insurreições vindouras; buscar nas reflexões de *A Insurreição* elementos para construir ferramentas teóricas de uma análise espacial, de uma geografia *insurrecta*, dialogando com as contribuições da Geografia Social; fornecer elementos e ferramentas para compreender e superar a *Guerra em Curso*. E que fique bem claro, não nos limitaremos aqui à enfadonha prática do *comentarismo*, que atualmente impera na academia. Buscaremos suprir falhas, debater criticamente e desenvolver alguns pontos e pistas que o próprio Comitê fornece, seja com a sua ajuda, de outros pensadores, outros *insurrectos* ou mesmo a partir de nossas próprias perspectivas. É precisamente nesse contexto que se insere o presente trabalho.

2. O NASCIMENTO DE UM MONSTRO: A METRÓPOLE

Já é de algumas décadas que sociólogos e geógrafos dos quatro cantos do mundo se amontoam para gritar *o fim da cidade*. E quem mais se destacou nessa corrida foi Henri Lefebvre, sobretudo com o seu *A Revolução Urbana* de 1970, onde ele já declarava que estaríamos vivendo um período de “Urbanização completa da sociedade [...] processo que

⁶ Foucault, em meados dos anos 1970 havia detectado, que as sociedades capitalistas Ocidentais organizavam sua vida civil, a partir de dispositivos de controle em um tom altamente autoritário e bélico, chegando a conclusão de que havia uma guerra civil no seio dessas sociedades. Sobre isso ver *Em Defesa da Sociedade* (2005). O Comitê Invisível desenvolve essa tese, no contexto do capitalismo Biopolítico contemporâneo, afirmando que ele nada mais é do que uma guerra em curso (2009; 2009B; 2007).



domina e absorve a produção agrícola e [...] explode as antigas formas urbanas” (2009, p. 13). Assim, as formas espaciais urbanas (a cidade) e rurais (o campo), estariam desaparecendo, dando lugar ao que ele chama de “sociedade urbana”, que mais do que um fato, é uma tendência (2009, p. 14).

Colonialismo eurocêntricos de Lefebvre aparte, poderíamos afirmar que é dentro desse debate contemporâneo sobre as transformações das relações e das formas campo/cidade que o Comitê Invisível tece algumas considerações. Parece haver algum acordo quanto ao fim da cidade/campo – ao menos no contexto dos países industriais avançados - por parte do Comitê. A esse respeito eles afirmam (2009, p. 52)

Já ouvimos o suficiente sobre a ‘cidade’ e o ‘campo’, e mais ainda sobre sua antiga oposição. O que se estende à nossa volta não se parece, nem de perto nem de longe, com nada disso: é uma única mancha urbana, sem forma e sem ordem; uma zona desolada, indefinida e infinita; um continuum global de hipercêntricos museificados e de parques naturais; de grandes condomínios de luxo e de imensos projetos agrícolas; de zonas industriais e de loteamentos; de casas de turismo rural e de bares da moda: é a metrópole. (2009, p. 52)

É claro, como era de se esperar, a Metrópole e seu espaço não são homogêneos. Se por um lado temos uma pequena burguesia em ascensão migrando para os bairros tradicionais da periferia - levando os seus condomínios de luxo, repletos de guaritas, vigilantes e câmeras de segurança, sempre próximo a uma praia e a um shopping center -, por outro lado temos uma massa de desempregados que traz vida novamente aos prédios abandonados nas áreas centrais deterioradas, ao ocupá-los (2009; p. 56). Não poderíamos deixar de pensar na Barra da Tijuca e na Zona Portuária, no caso do Rio de Janeiro como casos emblemáticos.

Só que o que parece diferenciar as perspectivas do Comitê e de Lefebvre é o enfoque político que os primeiros dão para essa transformação. A Metrópole é, para o Comitê, a forma espacial que melhor comportam as novas tecnologias de poder contemporâneas, é a forma espacial das novas estratégias de dominação da *Guerra em Curso*. “O controle tem uma maneira maravilhosa para se integrar na paisagem da mercadoria, mostrando, a quem quiser ver, a sua face autoritária.” (2009, p. 53).

Essa economia política da guerra sempre encontra uma maneira de lucrar. Nesse sentido a guerra das construtoras, empreiteiras e das próprias cidades, para se venderem torna-se pateticamente clara. É por isso que a metrópole “é uma campanha de marketing que se



estende sobre um ‘território’ onde tudo deve ser valorizado ou transformado em patrimônio. É sempre o mesmo vazio gelado que alcança até mesmo os cantos mais longínquos.” (2009, p. 54).

Mas que isso não nos engane, a guerra na metrópole não é tomada num sentido metafórico ou meramente ilustrativo. Ela se define por um “constante conflito de baixa intensidade” (2009, p. 56). “Durante muito tempo a cidade foi o lugar a ser evitado pelos militares, podendo no máximo ser sitiado; a metrópole, por seu lado, é perfeitamente compatível com a guerra.” (*Ibidem*). A Metrópole não só encarna dentro de si a forma da guerra, como se utiliza dela, numa constante incapaz de ser isolável no tempo – tamanha sua frequência e densidade – como um instrumento para se reproduzir espaço-temporalmente. Desse modo:

As “intervenções” não se dirigem tanto à vitória, nem mesmo ao restabelecimento da ordem e da paz, quanto à busca de um empreendimento securitário permanentemente em curso. A guerra já não é isolável no tempo, mas divide-se numa série de micro-operações, militares e policiais, para garantir a segurança. (2009, p. 57).

Não é preciso que façamos um esforço interpretativo absurdo para compreendermos do que se trata. Basta olharmos para o nosso quintal. Num contexto latino-americano, essa tese (de que existe uma guerra em curso), com algumas críticas, é bastante evidente. No Rio de Janeiro há um projeto de militarização da questão urbana em curso, e em expansão galopante. Já são 17 UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadora), essas bases territoriais e militares da tropa de assalto da Polícia Militar (O BOPE), onde temos como caso emblemático a invasão do Complexo da Penha, com um efetivo digno de uma ação de guerra, com mais de 500 policiais. O constante aumento numérico e político dos Carabineros⁷ no Chile, associados a aprovação da “Lei Antiterrorista”, que já foi aprovada na Argentina também, são significativos. Mesmo na Europa vemos elementos da Guerra em Curso. Mesmo se excluirmos a Grécia, já inteiramente colapsada pela invasão territorial da Metrópole e suas exigências austeras e pela enorme resposta social e política de grupos anarquistas e insurrecionários, mesmo assim a situação parece se manter. As revoltas dos jovens, negros,

⁷ É a instituição de polícia ostensiva (uniformizada) militar do Chile. É responsável, ainda por atuar na área de defesa civil naquele país. Altamente militarizada e com forte teor direitista, os Carabineros são acusados de inúmeros crimes contra os direitos humanos.



imigrantes e desempregados da periferia de Paris e Londres em 2005 e 2011 respectivamente, e a forma como estas foram recebidas pelo Estado confirmam o quadro.

A crescente importância das forças bélicas é analisada também pelo viés espacial. “As forças armadas não simplesmente se adaptam a metrópole, elas produzem-na.” (2009, p. 57) Isso significa que as forças armadas não só fazem parte da paisagem urbana, como elas se inserem enquanto agentes na produção social do espaço – simbólica e materialmente. O cheiro insuportável de gás lacrimogênio nas ruas do centro de Santiago ou a ‘diáspora’ do narcotráfico em função da instalação das UPP’s no Rio de Janeiro somente atestam essa tese.

Mas apesar da grande capacidade de capturar as forças centrífugas, estão contidos na metrópole os elementos que possibilitarão o seu fim, bem como os sujeitos que os manusearão. Ou seja, a Metrópole ao se reproduzir sócio-espacialmente produz os elementos da *insurreição que vem*, como veremos em seguida. Para o Comitê, o funcionamento da Metrópole a partir dos fluxos (de informação: redes de internet, redes telefônicas; de transporte: auto-estradas, linhas portuárias, linhas ferro e metroviárias; de energia: cabos de energia elétrica; tubulações de gás natural...) denota sua grande capacidade de inovação tecnocientífica que permitiu ela superar outras formas espaciais, mas também sua extrema fragilidade:

É precisamente em função desta arquitetura de fluxos, que a metrópole é uma das formações humanas mais vulneráveis que já existiram. Flexível, sutil, mas vulnerável. Um fechamento abrupto das fronteiras pode causar uma epidemia furiosa, uma interrupção súbita dos mantimentos; um bloqueio organizado dos meios de comunicação, e todo este cenário se afunda, sem conseguir mais disfarçar as cenas de carnificina que permanentemente o assediam. Este mundo não correria tão depressa se não estivesse constantemente tentando fugir do seu colapso. (2009, p. 60).

3. BIOPOLÍTICA: LIBERTAÇÃO E INTERDIÇÃO DOS FLUXOS

3.1 Uma Breve Genealogia do Biopoder

Michel Foucault (2007) já destacava que no início do século XX, as sociedades disciplinares passavam por uma crise, ou melhor, por uma reestruturação de suas tecnologias de poder. Assim, estaríamos vendo uma transição, ou melhor, uma gradativa sobreposição (Haesbaert; 2008) de uma sociedade pautada nos confiscos pelos espaços disciplinares –



buscando a “docilização” do corpo-indivíduo - para uma sociedade de segurança, pautada no controle do corpo-espécie, no controle das massas.

O quadro geral é que os espaços disciplinares estavam entrando em crise: simplesmente os corpos indisciplinados estavam ultrapassando a capacidade que as instituições do confisco tinham para operar a docilização. Loucos demais para poucos hospícios e sanatórios, muitos doentes para poucos hospitais, muitos trabalhadores (desempregados) para poucas fábricas, muitas crianças para poucas escolas etc⁸. Então, o que restava a ser feito não era tanto o confisco desses corpos, mas o controle calculado de seus fluxos, como bem aponta Foucault

Ora, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O confisco tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhes estão submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las (Foucault; 2007, p. 148).

Nesse contexto de impossibilidade de uma ação mais precisa, objetivando o controle do corpo-indivíduo, o que resta a fazer é controlar os fluxos. Analisando as cidades européias do século XVIII, que não mais contavam com os muros das cidades medievais – já que tratava-se então, de fazer circular os fluxos do capital -, Foucault afirma que:

[...] por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [...]. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação diminuindo a má. (2008, p. 24.

⁸ – Não poderíamos deixar de assinalar que essa tendência não é universal e homogeneizante. As consequências da ação escapam ao controle. É no sentido de uma “sobreposição” das tecnologias de poderes e de seus respectivos espaços que devemos tratar a questão. Afinal de contas, as escolas, os hospitais e principalmente as prisões parecem não haver entrado numa “crise”, no sentido de um desuso, ainda mais no contexto dos países periféricos. Nesse sentido, o nascimento da biopolítica não significou o fim da disciplina, mas assinalação de que estaríamos entrando em um período onde a sobreposição espacial dessas formas, mais do que indicar o seu enfraquecimento, aponta para a complementaridade de seu funcionamento – com uma eficácia jamais vista.



É a partir das reflexões sobre as tecnologias biopolíticas que o Comitê Invisível busca analisar a *Guerra em Curso*, buscando assim elementos para construir uma resistência ativa a ela. Os fluxos e o seu controle são fundamentais para o funcionamento da metrópole, e por isso mesmo, são considerados por ela, sacrossantos (2008, p.17). O segredo de sua manutenção e expansão, bem como de uma possível superação está pois, do (dês)controle dos fluxos.

3.2 Biopoder e Controle dos Fluxos

Ao lermos as análises do Comitê sobre o controle biopolítico dos fluxos na metrópole, podemos perceber que ele se dá a partir de dois modos distintos, porém complementares. Por um lado, existem táticas que visam liberar alguns fluxos, por outros, táticas que visam barrá-los, interdita-los. E seguindo a formulação de Foucault (2007) “Lá onde há poder, há resistências”, o Comitê assinala que os fluxos são objeto tanto por parte das tecnologias do poder, quanto por parte da resistência a esse próprio poder.

Começemos pela perspectiva do biopoder.

Como havíamos assinalado anteriormente, existe uma assimetria regional no seio do espaço metropolitano. Essa assimetria é, pois, fruto de controles dos fluxos. Por um lado, temos os *banlieues*, as zonas centrais degradadas sendo isoladas. Segundo o Comitê (2009, p. 56), através das ações autônomas, os “desempregados” ao ocuparem esses prédios e zonas “trazem de volta a vida” a esses lugares. Isso significa que esses lugares, estavam anteriormente abandonados; a fórmula do biopoder “deixar morrer” (Foucault; 2007, p. 150) é rigorosamente aplicada nessas zonas. Assim, cerca-se e isola-se esse fluxo, para por fim, abandoná-lo a sua própria sorte.

A tese de que a metrópole é um “constante conflito de baixa intensidade” (2009, p. 56 e “a guerra já não é isolável no tempo, mas divide-se numa série de micro-operações, militares e policiais, para garantir a segurança” (2009, p. 57) somente atestam o vigor com



que o biopoder se impõe contemporaneamente, e igualmente, a importância estratégica do espaço e do (controle) fluxo para garantir a “segurança”.

As forças armadas, ao interditar esses fluxos, essa “má circulação” (Foucault, 2008, p. 24), operando esse “deixar morrer” produzem assim, o espaço metropolitano (Comitê: 2009, p. 57). Assim, a CAB (Polícia de choque francesa) sitia os *balieues* parisienses, o Bope com suas UPP’s encarceram as *favelas* cariocas, os carabineiros chilenos cercam as *poblaciones* de Santiago e Valparaíso etc. É justamente nesse sentido, que a discussão de *meio*, por Foucault, como o espaço do controle dos fluxos biopolíticos, nos parece interessante:

“O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, nos, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é certo número de efeitos que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem)” (Foucault, 2008, p. 28).

Desse modo, tendo em vista o quadro da *Guerra em Curso*, a metrópole surge como a materialização, corporificação, como formação espacial compatível com as tecnologias do biopoder, sendo quase como uma outra terminologia para aquilo que Foucault chamou de “Meio”. Da mesma forma, a metrópole, essa “zona desolada, indefinida e ilimitada” (Comitê, 2009, p. 52) se assemelha com o “Império Nomadizado” que, pela sua dependência da “circulação de Fluxos”, teve de aceitar a “falência da lógica da fortaleza”, como nos diz Pelbart (2011, p. 20/21).

É também no *meio* que se dão as reconfigurações nas relações de trabalho. Assim, ao mesmo tempo que, tanto os países centrais (os mexicanos e porto-riquenhos para os EUA; os imigrantes da África do Norte e do Oriente Médio para a Europa) quanto os semi-periféricos (Chineses e colombianos para o Brasil) necessitam de uma força-de-trabalho barata, a imigração aparece como solução e obstáculo, se mostrando como uma não-questão (Comitê, 2009, p. 35). Mostra-se assim o caráter contraditório desses fluxos: ao mesmo tempo que necessários, são também considerados uma “má circulação” e por isso devem ser objetos constante de vigilância e cerceamentos.

Se como vimos, na metrópole há controle da “má circulação”, ele só existe para poder garantir a “boa circulação”. Assim, desse modo, temos aquela burguesia em ascensão que migra para os novos bairros ricos da periferia das cidades (os *suburbs* estadunidenses, por



exemplo) em busca de um “sentimento de vizinhança” e de segurança (2009, p. 53). Essa tática de uma espécie de auto-controle do fluxo, evitando assim ‘espaços indesejados’ operado por essa ‘pequena burguesia’, se assemelha com aquilo que Haesbaert (2012, p. 19) chama de “autocontenção - que aqui se confunde com auto-segregação”. Portanto, a interdição da má circulação na metrópole, parece existir com a finalidade de garantir, de liberar a boa circulação (tanto a mercadoria quanto as pessoas-mercadoria), mesmo que essa esteja ainda interdita num espaço-bolha auto-guetificado.

3.3 Biopotência e (Des)Controle dos Fluxos

Retomando a continuação espinoziana de Deleuze, a respeito das teses sobre o biopoder de Foucault, Pelbart (2011, p. 25) afirma que “ao poder *sobre* a vida deveria responder o poder *da* vida”. Isto é, à biopolítica, se responde como força vital e de resistência, uma biopotência.

Como o controle de fluxos só faz sentido quando operado pelas tecnologias do biopoder, falar em “controle de fluxos” por parte de táticas da biopotência é então, falar em descontrole dos fluxos biopolíticos.

E é nessa direção que o Comitê Invisível observa as resistências das biopotências, como também indicam caminhos, táticas, ou melhor, possibilidades materiais para a superação da ordem biopolítica da metrópole. Aqueles desempregados que ocupam “as cidade-dormitório no subúrbio norte de Paris” (Comitê; 2009, p. 56) ou os sem-teto que ocupam prédios abandonados na zona portuária do Rio de Janeiro ou na Sé em São Paulo, mostram-se como pura força vital, resistindo aos controles dos fluxos biopolíticos.

Para construir uma fonte de resistência ativa contra a metrópole e suas tecnologias de poder, isto é, para construir uma estratégia que, mais do que resistir, deve contra-atacar, há que sabotar a circulação e os fluxos da metrópole:

A infraestrutura técnica da metrópole é vulnerável. Os seus fluxos não são só transportes de pessoas e de mercadorias; informações e energia circulam através das redes de cabos, fibras e canalizações, que é possível atacar. Nos dias de hoje, sabotar a máquina social com um mínimo de eficácia, implica reconquistar e reinventar as maneiras de interromper as suas redes. (Comitê; 2009, p. 112).



A noção de “bloqueio” também é muito cara ao Comitê, e foi vendo a prática insurrecta de alguns movimentos que eles perceberam sua importância. Grande parte do sucesso – momentâneo - da Comuna de Oaxaca se deu em função dos bloqueios que os insurrectos fizeram nas vias que davam acesso as grandes redes de hotéis da região (bloqueando a economia); na Argentina, alguns anos antes, um movimento também teve sucesso graças á bloqueios das auto-estradas (2009, p. 124); o mesmo se passou com o movimento dos estivadores estadunidenses em 2004, que tiveram sucesso ao “bloquearam durante dez dias os principais portos da costa Oeste” (2009, p. 62). “Na tentativa de que algo surja no seio da metrópole para que se abram outras possibilidades, a primeira ação a ser tomada é parar o seu *perpetuum mobile*.” (2009, p. 61). Interromper os fluxos do biopoder, eis a estratégia proposta pelo Comitê:

Bloquear tudo – esse será o primeiro reflexo de todos aqueles que se rebelam contra a ordem estabelecida. Numa economia deslocalizada - em que as empresas funcionam “just in time”, em que o valor deriva da conectividade da rede, em que as autoestradas estão ligadas à produção desmaterializada, que se move de subcontratatação em subcontratatação e daí até à fábrica - bloquear a produção é também bloquear a circulação. (2009, p. 125).

Ainda nos anos 1980, os squatters⁹ da Alemanha e da Holanda já pareciam ter percebido essa fragilidade da metrópole, quando desenvolveram táticas de resistência aos despejos do governo, bloqueando as ocupações e as ruas ao seu redor (Campos; 2012). Essa mesma tática foi retomada pelo movimento anti-globalização e sobretudo, pelos Black Blocks¹⁰, que foi responsável por inúmeras vitórias do movimento: a garantia da permanência das manifestações graças as táticas de defesa e bloqueio, evitando a entrada da tropa de choque da polícia; a entrada da manifestação do encontro anti-G8 na Zona Vermelha, em Gênova; a interrupção de reuniões do G8 em Seattle, Gênova, Praga em função do bloqueio das vias de acesso, impedindo que os delegados entrassem (*Ibdem*).

⁹ Squatters é o nome que se dá aos moradores de Squats. Squats são ocupações de prédios geralmente em grandes centros urbanos da Europa por militantes anarquistas e libertários, que transforma o espaço em moradia e em centros de cultura social.

¹⁰ Black Block é uma tática anarquista surgida em fins dos anos 1970 nos squats alemães para se defenderem de desalojos e de ataques da polícia. É uma estratégia onde as pessoas se vestem todas de preto, utilizando escudos, capacetes, óculos e máscaras de gás. Os BB's ficaram famosos em 1999, quando militantes anarquistas no encontro do G8 em Seattle protagonizaram momentos de insurreição social sob as táticas dos Black Blocs. Ver Campos, P. *Fluxos de Resistência: Uma análise Geo-histórica dos Black Blocks no contexto das Sociedades Biopolíticas*. Anais do XVII ENG, 2012.



Mas segundo o comitê, não basta que os focos de resistência operem esses bloqueios ocasionais, é preciso operar uma liberação dos fluxos. É preciso fortalecer os laços entre esses focos, entre as *Comunas*, é preciso densificar a rede de resistência. Segundo o Comitê, temos de viajar, de “abrir as linhas de comunicação”:

A comuna não se opõe – por princípio - à metrópole e sua mobilidade, com enraizamento local e lentidão. O movimento expansivo de constituição das comunas deve clandestinamente ultrapassar o da metrópole. Não temos que rejeitar as possibilidades de deslocamento e de comunicação oferecidas pelas infraestruturas mercantis; apenas temos que reconhecer os seus limites. [...] O movimento permanente entre comunas amigas é uma das coisas que as preservam tanto do definhamento como da fatalidade da renúncia. (2009, p. 109/110).

O controle dos fluxos foi o meio pelo qual as sociedades biopolíticas e a metrópole puderam emergir, mas é também através dele, e da reapropriação desse (des)controle por parte das comunas insurrectas que essas sociedades poderão ser finalmente destruídas e superadas. O mesmo domínio e assujeitamento exercido pelo poder do controle dos fluxos que mantém o *Império Metropolitano* (Comitê, 2007, p. 12), pode gerar a potência dos descontroles dos fluxos que levará ao fim dessa ordem.

4. TERRITÓRIOS E (R)EXISTÊNCIAS

4.1 O Território do Biopoder

A guerra em curso não é, como havíamos dito anteriormente, uma metáfora, nem mesmo se dá flutuando sobre a sociedade. Ela é material, se corporifica nos elementos e dispositivos do espaço metropolitano. Os territórios da guerra em curso ganham forma, na medida em que se esquadrinha o espaço para garantir segurança para uns, e na medida em que outros resistem a essas investidas: “O território será dividido em zonas cada vez mais estanques. Autoestradas colocadas nos limites de um ‘bairro violento’ formarão um muro invisível, separando essas áreas dos bairros de classe média.” (Comitê; 2009, p. 27). A guerra em curso se apresenta, pois, a partir de e como uma territorialidade, no sentido mais elementar da noção apontada por Robert Sack (1983), isto é, como um conjunto de estratégias, onde se visa controlar pessoas e /ou recursos para se controlar uma dada área.



Segundo o Comitê, parece haver uma tendência a expansão infinita dos territórios da guerra em curso. Esses territórios “iluminarão o planeta inteiro com suas luzes de bordel enquanto as patrulhas da BAC (Brigadas Anti-Criminais de Paris), as empresas de segurança privada — em suma, as milícias — se multiplicarão até ao infinito, beneficiando-se de uma proteção judicial cada vez mais descarada.” (Comitê; 2009, p. 27). Essa tendência pode ser observada também, e sobretudo na metrópole, já que ela se apresenta como essa “zona desolada, indefinida e infinita; um continuum global de hipercentros museificados” (Comitê; 2009, p. 52).

Como vimos anteriormente, a metrópole se apresenta como a materialização territorial da guerra em curso, e se estamos vivendo uma guerra, isso significa dizer que “vivemos sob uma ocupação, uma ocupação *policia*l” (Comitê; 2009, p. 114) e que o “atual território é o produto de inúmeros séculos de operações policiais.” (2009, p. 108). Assim, quando o Comitê afirma que “as forças armadas não simplesmente se adaptam à metrópole, elas produzem-na” (2009, p. 57), o que vemos é que essas forças armadas produzem um território, ao operar essa ocupação da metrópole.

O território parece assim, fundamental para que a guerra em curso garanta-se espaço-temporalmente, garanta o seu *continuum global*.” (Comitê; 2009, p. 52). E é principalmente através de tecnologias — de territorialidades — biopolíticas, do controle dos “fluxos sacrossantos” que esse controle se dá. Assim, podemos notar que os fluxos (e seu controle) apresentam 3 funções básicas para a guerra em curso e seu território.

I - Em primeiro lugar, os fluxos servem para alimentar a metrópole. Estamos falando aqui de energia: os dutos que trazem o gás natural ou petróleo; as redes elétricas que trazem energia; as auto-estradas que trazem carvão. Estamos falando de mantimentos: as auto-estradas, rotas marítimas e aéreas que trazem alimentos, medicamentos. Estamos falando de comunicação: ondas de rádio, cabos transmitindo dados telefônicos ou informacionais etc. E estamos falando de matéria-prima: os mesmos meios trazendo madeiras, minerais etc.

II - Em segundo lugar, os fluxos servem para garantir a expansão da metrópole. E nesse sentido, estamos falando aqui do constante e galopante fluxo de mercadorias. E em uma sociedade onde todos os objetos (materiais e imateriais, inorgânicos ou vivos) são reificados, mercantilizadas, esse fluxo se dá por toda a parte e por todos os meios.

III - E por último, o controle do fluxo tem por finalidade capturar as forças centrífugas. Estamos falando aqui daquela “ocupação”, que esquadrinha e zoneia o espaço



metropolitando, distinguindo e controlando a “boa” e a “má” circulação. Isolando a massa dos bairros da *petite bourgeoisie*, relegando os primeiros a condição da “vida nua”, isto é, a vida restrita ao domínio da sobrevivência (Agamben; 2010).

4.2 Territórios das Biopotências

Se por um lado, a metrópole produz e se utiliza do território como uma estratégia para manter o status quo, por outro, a *biopotência da multidão* (Pelbart; 2011, p. 24) isto é, as *comunas* e até mesmo a “população” produzem territórios de resistência, preparando terreno para *a insurreição que vem*. Se por um lado, o território do biopoder é uno, universalizante e homogêneo na diversidade, os territórios das biopotências são múltiplos, diversificados, móveis, porém resistentes.

O objeto do controle dos fluxos da metrópole, ao ser “contido” e sitiado numa zona periférica, passa a ser, ele mesmo, um fruto amargo que explode em fúria, ao construir territórios de resistência, ali onde a vida parecia estar nua. E é nesse contexto que surgem as “revoltas dos banlieues” (Comitê; 2009, p. 24), como a que vimos em 2005 em Paris. O que essas revoltas e as comunas devem fazer, e o fazem em momentos como esse, é “libertar o território da ocupação policial” (Comitê; 2009, p. 126). Nesse contexto, algumas estratégias novas vêm tomando corpo, para garantir essa retomada:

Mas, a esse respeito, certos *banlieues* continuam inalcançáveis. Nomeadamente nessa técnica que já se perpetua de algum tempo pra cá: o ataque surpresa. Por exemplo, no dia 13 de Outubro em Epinay, um esquadrão de seguranças particulares que rondava a zona depois de um furto de carro. Quando eles chegaram, um dos seguranças ficou “encurralado por dois veículos atravessados diagonalmente na estrada e por mais de trinta indivíduos com barras de ferro e revólveres, que atiraram pedras no carro e usaram gás lacrimogéneo contra os policiais.” Numa escala menor, pensem em todos os postos policiais atacados à noite: vidros quebrados e carros incendiados. (Comitê; 2009, p. 126/127).

As “ocupações dos edifícios comerciais” e dos “prédios do governo” ” (Comitê; 2009, p. 124) durante a Comuna de Oaxaca também se inserem nesse contexto. A resistência a essa “eterna campanha policial” operada pela metrópole se faz concretamente com a construção,



retomada e resistências nos e dos territórios, seja em “Burkina Faso, no sul do Bronx, em Kamagasaki, em Chiapas ou em La Courneuve” ” (Comitê; 2009, p. 57).

Da mesma forma que a metrópole necessita de “nutrientes” – levados através dos fluxos sacrossantos – para se manter “viva”, os territórios da resistência, as comunas também o precisam. A alternativa oferecida pela metrópole, o trabalho, ou melhor, “o horror do trabalho” (Comitê; 2009, p. 46) não faz outra coisa se não capturar e reterritorializar as forças centrífugas. Uma maneira mais incendiária e mais difícil de ser capturada é “pilhar, cultivar e fabricar” (Comitê; 2009, p. 104). A primeira tática se insere num contexto mais imediatista, de ter acesso a bens e fluxos necessários a manutenção da vida na metrópole, que vai desde o yomango (furto sorrateiro de lojas), do freeganismo (reciclagem de alimentos de origem vegetal ou materiais em geral do lixo) (Comitê; 2009, p. 105). As duas últimas dizem respeito a reterritorialização de conhecimentos necessários a manutenção da vida que nos foram tomados pela divisão-do-trabalho: “construção, energia, agricultura” (*Ibidem*).

Mas, mais uma vez, não nos enganemos, a capacidade da metrópole de capturar as forças centrífugas, de reterritorializá-las é enorme. Assim, o Comitê aponta que para gerir, expandir e manter esses territórios há que se produzir novas táticas, levar a cabo novas territorialidades, diferentes daquelas operadas pela metrópole:

A questão do território não se coloca para nós da mesma maneira que para o Estado. Para nós, não se trata de *possuir* o território. Trata-se de densificar localmente as comunas, as circulações e as solidariedades, ao ponto de tornar o território ilegível e opaco para qualquer forma de autoridade. Nós não queremos ocupar o território, mas *ser* o território (Comitê; 2009, p. 108).

Esse território não ocupado, mas vivido, que é *ilegível* para qualquer forma autoridade é aquilo que o Comitê (2009, p. 107) chama de “zonas opacas”¹². Como as ocupações urbanas, alguns bairros periféricos, assentamentos rurais, territórios conflagrados etc. Essa invisibilidade, ou opacidade se dá sob duas formas. A primeira é de ordem material. De fato, essas zonas são opacas, na medida em que se encontram “longe” dos tentáculos da metrópole: de suas instituições e dispositivos (forças policiais, impostos e taxas, câmeras de vigilância etc.). A segunda é de ordem semiótica. Pois é “nas sombras” que se forjam as novas “cumplicidades” (Comitê; 2009, p. 15) e essas cumplicidades, essas afetações e essas potências simplesmente não podem ser codificadas pela metrópole – ainda. Eles não escapam às tentativas de reterritorialização da máquina-metrópole, justamente porque elas ainda nem



ao menos conseguem ser enxergadas e decodificadas por esta. E é justamente aí que reside a *potência* das comunas.

4.3 Um território outro, um lugar outro

Se o deserto “está por todo o lado”, aqui e lá se aprofundando, é bem verdade também que ele já “não pode crescer mais” (Comitê; 2007, p. 01). Estamos vivendo sob o território da metrópole, sob a economia do colapso, sob a colonização do *bloom*¹¹, sob a égide da mobilização e todos os tipos de desterritorializações promovidos pela guerra em curso, e também estamos vivendo, como já vimos, a construção de alternativas materiais e subjetivas, construção de resistências

É então, que em pleno terreno da desolação vemos emergir das lutas, laços, “laços terríveis” e é precisamente aí que “reside verdadeira possibilidade revolucionária do presente. Os conflitos cada vez mais frequente têm essa qualidade formidável, pois constituem sempre uma ocasião para cumplicidades deste gênero, por vezes efêmeras mas também por vezes inabaláveis.” (Comitê; 2009, p. 15). E é justamente nesse terreno arruinado por uma guerra, mas ainda sim fértil, que vemos germinar cada vez mais e em lugares mais longínquos, as *comunas*.

É no terreno da *crise do comum*, isto é, “a forma extrema desta expropriação do Comum” que “é o espetáculo” (Agamben; 1993, p. 62) que vemos emergir a comuna. Em tempos de desligamento, desconexão, de “esquizofrenia difusa”, de “histerização de contato”. Em suma, em tempos de desterritorialização, a “comuna ganha vida quando as pessoas se encontram, se entendem e decidem seguir um caminho comum” (Comitê; 2009, p. 101). Ao se encontrarem e construírem a comuna, a partir desses laços, não só vemos emergir dela essa dimensão política, a resistência do território, mas também uma dimensão simbólica e subjetiva (também política) do lugar, o “sentido de Lugar” (Tuan; 1979, p. 04). A comuna, dentro desse contexto de se contrapor a colonização da subjetividade pelo *bloom*, dentro do próprio processo de construção desse outro território, mostra-se como a própria manifestação

¹¹ “Á vida sem forma do homem comum, nas condições do niilismo, o grupo Tiqun deu o nome de Bloom. Inspirado no personagem de Joyce, Bloom seria um tipo humano recentemente aparecido no planeta e que designa essas existências brancas, presenças indiferentes, sem espessura, o homem ordinário, anônimo, talvez agitado com a impressão de que com isso pode encobrir o tédio, a solidão, a separação, a incompletude, a contingência – o nada.” (PELBART, 2011, p. 39). Em suma, o Bloom é subjetividade deteriorada que emerge das relações cotidianas, sobre o território da metrópole imperial.



do *lugar outro* – esse lugar onde se constrói e circulam outras subjetividades, outras cumplicidades. E mesmo assim, a partir das reflexões do Comitê (2009, p. 101/102) sobre esse quadro contraditoriamente favorável a proliferação das comunas, nos perguntamos:

Por que é que as comunas não se multiplicam por toda parte? Em cada fábrica, em cada rua, em cada aldeia, em cada escola. Enfim, o reino dos comitês de base! Mas comunas que aceitam ser o que são, lá onde elas são. E se possível, uma multiplicidade de comunas que substituíssem as instituições da sociedade: a família, a escola, os sindicatos, os times desportivos, etc. Comunas que não tem medo, para além das suas atividades políticas, de organizar-se de forma a garantir a sobrevivência material e moral de cada um dos seus membros e de todos àqueles à sua volta, que permanecem à deriva. Comunas que não se definissem – como o fazem geralmente os coletivos – por um dentro e um fora, mas pela densidade das ligações no seu seio. Não pelas pessoas que as compõem, mas pelo espírito que as anima. (2009, p. 101/102).

Mas não nos enganemos, as comunas já estão por toda parte, “toda e qualquer greve selvagem é uma comuna, toda a casa ocupada coletivamente sobre bases claras é uma comuna. Os comitês de ação de 68 eram comunas, como o eram as aldeias de escravos fugitivos nos Estados Unidos ou a Radio Alice na Bolonha de 1977.” (*Ibidem*).

E essas comunas têm sucesso justamente por se negarem a funcionar a partir dos dispositivos, a partir da territorialidade imposta pela metrópole. Principalmente porque a espacialidade da comuna se dá sob uma *temporalidade outra*, já que “a comuna foge do tempo do trabalho, não funciona de acordo com esse esquema” (Comitê; 2009, p. 103). Os outros laços que formam a comuna se transmutam nas anti-relações de troca e produção. Desse modo, os esquemas, as mutretas e calotes no governo, as trocas e mutirões, os mercados negros e feiras de troca surgem como uma alternativa ao *ethos* do trabalho que emerge do seio das comunas.

Os insurrectos desde cedo perceberam que a comuna não pode funcionar sob os mesmos dispositivos do império metropolitano, sob a mesma territorialidade. As territorialidades da comuna não devem funcionar sob a lógica zonal (a da metrópole), isto é, pelo “controle de áreas, de limites ou fronteiras”, mas sim pela lógica reticular, relacionada à rede (Haesbaert; 2011, p. 290). As comunas não funcionam pela “tomada de territórios”, ao menos não ordinariamente, mas sim pelo “constante movimento entre as comunas amigas” – eis aqui a importância das viagens, de abrir “nossas próprias linhas de comunicação”(Comitê; 2009, p. 109). Igualmente, as comunas não devem também, contrapor a mobilidade da



metrópole, com “lentidão e enraizamento” (*Ibidem*), ao contrário, o movimento da comuna deve “ultrapassar” o da metrópole.

A comuna não é somente uma fuga em relação a dominação territorialista da metrópole, mas é a materialização da resistência ativa formada por esses novos laços, por essas novas cumplicidades em um *território outro*. Eis então a dimensão potente das novas relações que se passam nesse território das resistências onde emergem as comunas. Outros, no sentido foucaultiano, relativo as *heterotopias*, que não são espaços num futuro distante como as utopias, mas novas dinâmicas que enroupem aqui e agora (Foucault; 2009, p. 411).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS ESCALAS DA GUERRA EM CURSO

O grande corpo social do Império, o grande e enorme corpo social do Império, que possui a consistência e a inércia de uma medusa encalhada. O grande e enorme corpo social do Império, que com toda a sua redondeza, implantou eletrodos... sobre toda a redondeza da Terra. Centenas, milhares, um número absurdo de eletrodos. De tantos tipos que alguns já nem se parecem mais com eletrodos. [...] Por meio desses milhares, milhões de eletrodos, tão diversos que desisto de contá-los, se mantém o encefalograma plano da metrópole imperial. (Comitê; 2009B, p. 11).

Já não é segredo também que o deserto “está em toda parte” (Comitê; 2007, p. 02). “De perto ou de longe”, aquilo que nos rodeia por toda a parte é a metrópole: ela “engolfa todos os territórios” (Comitê; 2009, p. 52). Por todos os lados, peixes morrem nos oceanos e mães contaminam seus filhos com mercúrio no leite materno; essa é uma “desastrosa relação com o mundo” que se manifesta em “todo lugar” (Comitê; 2009, p. 80). De Buenos Aires à Paris, dos EUA à Oaxaca e Chiapas, de Burkina Faso à La Courneuve, de Kamagasaki à Indonésia; parece que, de fato os dispositivos e o território do Império já alcançam a escala global, e é aí mesmo, onde o poder do império mais se faz presente, que vemos emergir a resistência que traz consigo os elementos do seu colapso.

E por mais globais que sejam os dispositivos e o próprio território da metrópole, é localmente que eles se exercem: nos lugares, nos cotidianos, nas subjetividades, nos afetos. Os militares que antes evitavam a metrópole, e que agora compreendem sua “compatibilidade” escalar com a guerra, já perceberam essa fórmula. Não é por acaso que as



UPP's instalam cedes em cada favela ocupada, buscando construir uma relação cotidiana de captura com a população local, reconciliando as oposições (Comitê; 2007, p. 42). A estratégia se dá principalmente através do sequestro da dimensão comunal da vida. Se antes os problemas eram resolvidos coletivamente (com um “gato”, um mutirão, fazendo um samba na laje, no baile funk, nas assembléias comunitárias) agora deve-se apelar para as autoridades formais, sejam elas políticas ou econômicas.

E é localmente também que se exercem as resistências. Lá, onde a “medusa” estende seus tentáculos é que “conversamos, nos beijamos, fazemos um filme, uma festa, uma revolta, encontramos um amigo, compartilhamos comida, nos amamos” (Comitê; 2009B, p. 14) isto é, construímos as *(r)existências*. Lá, onde o deserto “se aprofunda” é que construímos “essa coleção de lugares, infra-estruturas, meios coletivizados; de sonhos, corpos, sussurros, pensamentos e desejos que circulam entre esses lugares” (Comitê; 2007, p. 37), que provamos que as “alianças são possíveis em toda a parte” (Comitê; 2007, p. 48). Lá mesmo, onde a metrópole “engolfa todos os territórios” que cercamos e apedrejam “as viaturas policiais” que ocupam territorialmente nossas comunidades e nossas subjetividades (Comitê; 2009, p. 126) e que damos vida aos prédios abandonados assim que os ocupamos ((Comitê; 2009, p. 56). Lá, onde a catástrofe ecológica nos desenraiza ao avançar, é que devemos aprender - (re)construindo e (re)descobrimos conhecimentos - a resistir à civilização industrial, como fizeram os caçadores-coletores na Indonésia (que sobreviveram ao Tsunami ao observar a fuga dos animais silvestres para dentro do continente e seguí-los), ou como fizeram aqueles que construíram cozinhas e enfermarias coletivas após a enchente de Nova Jersey. E lá, onde se materializa a dominação territorial do Império que se constrói a (r)existência, que se constrói a *comuna*.

A comuna possui uma dimensão trans-escalar. A morte do militante anarquista e membro de um Centro de Mídia Independente dos EUA, *Brad Will*, durante a *Comuna de Oaxaca* apenas confirma esse fato: a tragédia do alcance do poder metropolitano e a capacidade de articulação que emerge quando *as pessoas se encontram*, produzindo assim, novos laços, novas cumplicidades. As comunas localmente atuantes estão, pois, ligadas regional e globalmente, numa espécie de *federação opaca*, com outras comunas irmãs: tendo esses laços constantemente renovados e ampliados através das *viagens*(Comitê; 2009, p. 109). Mas não devemos esquecer que a escala da comuna é prioritariamente a escala local, já que a



“auto-organização local impõe a sua própria geografia sobre a cartografia estatal, incendiando-a, anulando-a; ela produz a sua própria secessão.” (Comitê; 2009, p. 108/109).

Perguntas como: “O que você realmente quer? O que você propõe” não são perguntas, de fato, mas sim “operações” (Comitê; 2007, p. 41). Deste modo, para a tristeza de uns, ficamos felizes em anunciar que não existe nenhum “já dado”, nenhum *apriori*, nenhuma “receita de bolo” no presente desafio de construir localmente a resistência ao avanço do Império. E “aqueles que alegam ter soluções se vêem imediatamente desmentidos.” (Comitê; 2009, p. 23), como aponta o próprio Comitê sobre os programas:

Onde estão as palavras, onde está a casa, onde estão os meus antepassados, onde estão os meus amores, os meus amigos? Minha cara criança, eles não existem. Deves construir a língua que habitarás e deves encontrar os antepassados que te façam mais livre. Deves construir a casa onde já não viverás mais sozinha. Deves construir a nova educação sentimental, através do qual voltarás a amar a si própria. E isso tudo, construirás por cima da hostilidade geral, porque os que se despertam são o pesadelo daqueles que ainda dormem. (Comitê; 2009B, p. 13).

O anúncio de uma *Insurreição que vem* não está sendo gestado num tempo futuro, em uma revolução em escala global, numa temporalidade longínqua que nos engana e trapaceia - assim como quando tentamos correr da chuva e o vento cresce e parece que chove mais. Esse anúncio é algo muito mais singelo, opaco, local, porém igualmente incendiário. E está acontecendo aqui e agora, quando as pessoas se encontram, quando formam comunas, quando resistem, criando novos laços, novas cumplicidades, novos lugares. E é exatamente por isso que “dizemos que o local é político: porque é no *lugar* que a confrontação do presente ocorre.” (Tiqqun; 2001, p. 179).

Estamos partindo de um ponto de isolamento extremo, de impotência extrema. Um processo insurrecional está sendo construído a partir do zero. Nada parece menos provável do que uma insurreição, porém nada é mais necessário.

(Comitê Invisível; 2009, p. 96).



REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

_____ A Comunidade que Vem. Lisboa: Editorial Presença, 1993

CAMPOS, P. Fluxos de Resistência: Uma análise Geo-histórica dos Black Blocks no contexto das Sociedades Biopolíticas. Anais do XVII ENG, 2012.

Invisible Comité. The Coming Insurrection. Los Angeles, Semiotext(e), 2009

_____ L'Appel (The Call). EUA, Institute For Experimental Freedom, 2007

_____ LLAMAMIENTO Y OTROS FOGONAZOS. Barcelona: Ediciones Acuarela y Machado Grupo de Distribución, 2009B

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. O que é a filosofia? Rio de Janeiro: Editora 34, 2009

_____ Anti-Édipo. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010

FOUCAUT, M. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007

_____ Microfísica do Poder; Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982

_____ Segurança, Território e População. São Paulo: Martins Fontes, 2008

_____ Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____ Ditos e Escritos vol. III. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais; transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global in Santos, B.S. e Meneses, M.P. (orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

HAESBAERT, R. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. In: Oliveira, M. et al. (orgs.) O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008

_____ Sociedade de in-segurança e des-controle dos territórios. No Prelo. 2012

_____ O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

LACOSTE, Y. A Geografia Isto Serve Em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra. São Paulo: Ed. Papyrus. 1988[1976]

LEVEBVRE, H. A Revolução Urbana. Minas Gerais: Editora UFMG, 2009[1970].



PELBART, P. P. Vida Capital: Ensaio de Biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011
RECLUS, E. El Hombre y la Tierra (Org. Beatrice GIBLIN). Barcelona: Editora Efe, 1982
SACK, R. Human Territoriality: A Theory. Annals of Association of American Geographers. 73(1). P. 55-84. 1983

Tiqqun #1: Paris: Parti Imaginaire e Belles-Lettres Distribution, 1999

Tiqqun #2: Paris: Parti Imaginaire e Belles-Lettres Distribution, 2001

TUAN, Y. Space and Place: Humanistic Perspective. In Gale, S e Olsson, G. (Ed). Philosophy in Geography. EUA: Dordrecht, Reidel Publ., 1979